

Posto Usina São
Domingos -
Comércio de
Combustíveis e
Serviços S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Presidente Vargas, 2.121

Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América

Edifício Times Square Business

14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone +55 (16) 3323-6650

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

Catanduva - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 18 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Passivo	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	903	2.049	Fornecedores	11	850	267
Contas a receber de clientes	8	10.082	8.488	Empréstimos e financiamentos	12	-	2.290
Estoques	9	1.592	1.076	Impostos e contribuições a recolher	13	155	115
Outras contas a receber		560	562	Salários, férias e encargos sociais a pagar		103	84
				Dividendos a pagar		24	12
Total do ativo circulante		13.137	12.175	Total do passivo circulante		1.132	2.768
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	10	2.255	2.326	Imposto de renda e contribuição social diferidos		1	1
Total do ativo não circulante		2.255	2.326	Total do passivo não circulante		1	1
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		8.000	8.000
				Reserva legal		1.522	1.272
				Ajuste de avaliação patrimonial		2	2
				Dividendos adicionais propostos		4.735	2.458
				Total do patrimônio líquido		14.259	11.732
				Total do passivo		1.133	2.769
Total do ativo		15.392	14.501	Total do passivo e patrimônio líquido		15.392	14.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares Reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida	17	70.425	69.870
Custos dos produtos vendidos	18	(63.892)	(65.394)
Lucro bruto		6.533	4.476
Administrativas e gerais	18	(574)	(230)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	18	12	18
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		5.971	4.264
Receitas financeiras		311	8
Despesas financeiras		(131)	(654)
Resultado financeiro líquido		180	(646)
Lucro antes dos impostos		6.151	3.618
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.142)	(1.018)
Lucro líquido do exercício		5.009	2.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares Reais)

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro líquido do exercício	5.009	2.600
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.009</u>	<u>2.600</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldos em 31 de março de 2024		8.000	1.142	2	-	3.132	12.276
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(3.132)	(3.132)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.600	-	2.600
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	15 b	-	130	-	(130)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15 d	-	-	-	(12)	-	(12)
Dividendos adicionais propostos	15 e	-	-	-	(2.458)	2.458	-
Saldos em 31 de março de 2025		8.000	1.272	2	-	2.458	11.732
Saldos em 31 de março de 2025		8.000	1.272	2	-	2.458	11.732
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(2.458)	(2.458)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.009	-	5.009
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	15 b	-	250	-	(250)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15 d	-	-	-	(24)	-	(24)
Dividendos adicionais propostos	15 e	-	-	-	(4.735)	4.735	-
Saldos em 31 de março de 2026		8.000	1.522	2	-	4.735	14.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares Reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.009	2.600
Ajustes para:			
Depreciação	10	88	87
Despesas de imposto de renda e contribuição social	14	1.142	1.018
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	12	76	596
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(1.594)	4.109
Estoques		(516)	12
Outras contas a receber		2	(1)
Fornecedores		583	(12)
Impostos e contribuições a recolher		3	-
Salários, férias e encargos sociais a pagar		19	6
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>4.812</u>	<u>8.415</u>
Juros pagos	12	(97)	(616)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		<u>(1.105)</u>	<u>(1.002)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>3.610</u>	<u>6.797</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	10	<u>(17)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(17)</u>	<u>-</u>
Fluxo das caixa de atividades de financiamentos			
Liquidação de empréstimos e financiamentos	12	(2.269)	(3.458)
Dividendos pagos		<u>(2.470)</u>	<u>(3.148)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		<u>(4.739)</u>	<u>(6.606)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.146)</u>	<u>191</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.049	1.858
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>903</u>	<u>2.049</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.146)</u>	<u>191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A, domiciliada no Brasil, com sede em Catiguá – SP, na Rodovia Vicente Sanchez, KM 8, tem por objeto social preponderante o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026.

A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 8 e 16** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Nota explicativa nº 6(f)** - Definição da vida útil do ativo imobilizado.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de combustíveis e lubrificantes. As receitas decorrentes de venda de produtos, mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere o controle sobre os produtos e mercadorias. Os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Para devoluções, o passivo de reembolso e o ativo de direito de recuperar os bens devolvidos são reconhecidos. O direito de recuperar o ativo de mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias.

A receita operacional da venda de bens e ou serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito.

A receita de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro, são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	Vidas úteis
Edifícios e benfeitorias	10 a 30 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	2 a 20 anos
Móveis e utensílios	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto são reconhecidos como passivo.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(vi) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

j. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

k. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

7 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e bancos.

	2026	2025
Caixa e bancos	890	517
Aplicações financeiras	13	1.532
	<u>903</u>	<u>2.049</u>

8 Contas a receber de clientes

	2026	2025
Empresa controladora (i)	9.233	7.741
Outros	863	761
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14)	(14)
	<u>10.082</u>	<u>8.488</u>

- (i) As vendas para a controladora Usina São Domingos Açúcar e Alcool S.A. foram realizadas em condições e prazos normais de mercado (Nota explicativa nº 19).

9 Estoques

O saldo em estoques é composto substancialmente por combustíveis e lubrificantes destinados a revenda.

A Companhia avaliou os custos dos produtos acabados no encerramento do balanço frente aos seus respectivos valores de mercado e concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida.

10 Imobilizado

	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de março de 2025				
Custo total	3.567	839	184	4.590
Depreciação acumulada	<u>(1.398)</u>	<u>(697)</u>	<u>(169)</u>	<u>(2.264)</u>
Saldo residual	<u>2.169</u>	<u>142</u>	<u>15</u>	<u>2.326</u>
Adições	-	16	1	17
Depreciações	<u>(62)</u>	<u>(18)</u>	<u>(8)</u>	<u>(88)</u>
Saldo em 31 de março de 2026	<u>2.107</u>	<u>140</u>	<u>8</u>	<u>2.255</u>

	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de março de 2024				
Custo total	3.567	905	186	4.658
Depreciação acumulada	<u>(1.337)</u>	<u>(745)</u>	<u>(163)</u>	<u>(2.245)</u>
Saldo residual	<u>2.230</u>	<u>160</u>	<u>23</u>	<u>2.413</u>
Depreciações	<u>(61)</u>	<u>(18)</u>	<u>(8)</u>	<u>(87)</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u>2.169</u>	<u>142</u>	<u>15</u>	<u>2.326</u>

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11 Fornecedores

O saldo é composto substancialmente por fornecedores de combustíveis e lubrificantes.

12 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia.

	Vencimentos	Taxa média Ponderada (% ao ano)	2026	2025
Moeda nacional				
Capital de giro	2025	18,14%	<u>-</u>	<u>2.290</u>
		18,14%	<u>-</u>	<u>2.290</u>
Circulante			-	2.290
Não circulante			-	-

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

	2026	2025
Saldo inicial	2.290	5.768
Provisão de encargos	76	596
Amortização do principal	(2.269)	(3.458)
Pagamento de juros	<u>(97)</u>	<u>(616)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>2.290</u>

Em 31 de março de 2026 não há contratos vigentes sujeitos a *covenants*.

13 Impostos e contribuições a recolher

	2026	2025
Contribuição Social	111	86
Imposto de renda	39	27
Outros	5	2
	<u>155</u>	<u>115</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2026	2025
Receita bruta de vendas	70.542	69.876
Alíquota fiscal presumida	<u>1,32%</u>	<u>1,32%</u>
IRPJ e CSLL conforme alíquota combinada	(931)	(922)
Outros	<u>(211)</u>	<u>(96)</u>
	<u>(1.142)</u>	<u>(1.018)</u>

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital está representado por 8.000 mil ações ordinárias nominativas (idêntico em 2025), sem valor nominal, pertencentes a acionistas residentes no país, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações (mil)	Participação %
Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.	7.979	99,74%
Pessoas físicas	<u>21</u>	<u>0,26%</u>
Total	<u>8.000</u>	<u>100,00%</u>

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

(iii) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 0,5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Legislação Societária.

(iv) Dividendos adicionais propostos

Os saldos remanescentes de lucros acumulados em 31 de março de 2026 serão deliberados por ocasião da assembleia geral dos acionistas a ser realizada durante o exercício de 2026.

16 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e outros recebíveis e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	903	2.049
Contas a receber de clientes	10.082	8.488
Outras contas a receber	560	562
	<u>11.545</u>	<u>11.099</u>

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como os preços dos produtos comercializados pela Companhia.

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial quando comparados aos seus valores justos não apresentam diferenças materiais, abaixo demonstramos os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2026						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	890	-	-	-	-
Aplicações financeiras	13	-	-	-	13	-
Contas a receber de clientes	-	10.082	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	560	-	-	-	-
	<u>13</u>	<u>11.532</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(850)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(850)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2025						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	517	-	-	-	-
Aplicações financeiras	1.532	-	-	-	1.532	-
Contas a receber de clientes	-	8.488	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	562	-	-	-	-
	<u>1.532</u>	<u>9.567</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.532</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(267)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(2.290)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.557)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo (que são equivalentes ao valor contábil), como nível 2 (preços negociados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos) para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025.

17 Receita líquida

A receita da Companhia refere-se substancialmente à revendas de combustível.

	2026	2025
Diesel	63.927	65.094
Etanol	5.112	4.023
Gasolina	893	580
Outros	<u>610</u>	<u>179</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(117)</u>	<u>(6)</u>
Total	<u>70.425</u>	<u>69.870</u>

18 Despesas operacionais por natureza

	2026	2025
Despesas operacionais por natureza:		
Custo com óleo diesel	57.912	61.019
Custo com álcool hidratado	4.625	3.673
Custo com gasolina	807	532
Custo com materiais diversos	25	32
Custo com lubrificantes e aditivos	523	138
Depreciação	15	8
Despesas com assessoria jurídica, contábil e financeira	2	36
Impostos e taxas	33	16
Outras	<u>512</u>	<u>152</u>
Total	<u>64.454</u>	<u>65.606</u>

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

Custos dos produtos vendidos	63.892	65.394
Administrativas e gerais	574	230
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(12)</u>	<u>(18)</u>
Total	<u>64.454</u>	<u>65.606</u>

19 Partes relacionadas

Controladora e parte controladora final

O controlador final da Companhia é a Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. que detêm 99,72% de participação no capital social da Companhia.

a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

As transações com partes relacionadas apresentadas em 31 de março de 2026 e 2025 são representadas pelo saldo a receber da controladora Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A., conforme apresentado na nota explicativa nº. 8. As transações que influenciaram o resultado do exercício foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	2026	2025
Transações:		
Revenda de combustíveis		
Alcool hidratado	1.227	1.129
Diesel	48.356	44.362
Gasolina	<u>31</u>	<u>24</u>
	<u>49.614</u>	<u>45.515</u>

20 Contingências

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Em 31 de março de 2026 não foi constituída provisão para eventuais riscos trabalhistas, cíveis e tributárias, visto que a avaliação dos assessores legais da Companhia aponta que a mesma não é requerida em nenhum processo de probabilidade provável de perda, razão pela qual a Administração não registrou provisão para riscos processuais nas demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2026 a Companhia não possuía processos com perdas possíveis decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias.

* * *

André Cáfaró Sanches
Diretor executivo

Vicente Sanchez Neto
Diretor executivo

Demetrio Aparecido de Oliveira Soares
Diretor administrativo e financeiro

Antônio Luiz Giro
Contador
CRC 1SP176605/0-9